

OBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA PRETENSÃO DE CIENTIFICIDADE NA HISTÓRIA.

Luana Neres de Sousa*
E-mail: neresluana@yahoo.com.br

RESUMO

Temos por intuito compartilhar nas páginas que se seguem preocupações metodológicas comuns a historiadores, profissionais ou não, no exercício de seu trabalho, sobretudo, no estágio inicial de uma pesquisa como é o nosso caso¹. Levantaremos pontos relacionados à reflexão acerca da melhor maneira de se lograr dos documentos as informações pertinentes ao objeto de pesquisa, a fim de que os resultados obtidos sejam dignos de plausibilidade. Dentro deste debate, a “objetividade” no trabalho do historiador e a pretensão científica da História nos desperta bastante interesse, haja vista se tratar de um assunto inesgotável e que gerou inúmeras teorias ao longo dos três últimos séculos.

Palavras-Chave: Objetividade, Intersubjetividade, História, Ciência, Pesquisa Histórica.

ABSTRACT

Our intention is to share in the pages above the common methodological concerns to the historians, professionals or not, while doing their work, especially in the beginning of a research, as is our case. We will raise issues related to reflection about the best way to achieve relevant information regarding the research object from the documents, so that the results are worthy of plausibility. Within this debate, the "objectivity" in the work of the historian and the pretense of scientific history arouse much or our interest, considering it is an inexhaustible subject and generated countless theories over the last three centuries.

Key-words: Objectivity, Intersubjectivity, History, Science, Historical Research.

Embora a tradição histórica ocidental remonte a Heródoto, Tucídides e Políbio, avaliaremos questões relativas à influência do Iluminismo e do rigor dos métodos críticos das Ciências da Natureza na metodologia da História, para, posteriormente,

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista CAPES/UFG.

apresentarmos algumas críticas que tal influência recebeu nos séculos XIX e XX. O debate acerca da cientificidade da História é muito amplo e fecundo; por esse motivo, traçaremos aqui apenas o esboço de tal discussão a fim de que possamos adiante apresentar as propostas do historiador alemão Jörn Rüsen do para uma nova visão de “objetividade” na história.

Iniciemos nossa explanação com a apreciação de Ernest Cassirer sobre a influência do pensamento das Luzes na Teoria da História. Cassirer inicia sua análise retornando ao século XVIII, momento que vivenciou o problema do “progresso intelectual”, mas alerta que a palavra progresso está muito mais relacionada a uma determinação qualitativa que quantitativa. A “razão” foi a expressão do século e ápice dos desejos, dos esforços e das realizações dos homens. Todavia, Cassirer alerta que seria ingenuidade acreditar que o historiador do século XVIII encontrou no clima proporcionado pelo Iluminismo a realização de seu trabalho, ao contrário: estaria lançado apenas o desafio de se encontrar um método que garantiria à História a pretensão de cientificidade (CASSIRER, 1994, p. 22-23).

Distanciando-se do pensamento de René Descartes produzido no século XVII, que defendia que a ciência deveria fundamentar-se na dedução, a Era do Iluminismo se inspirou na proposta analítica de Newton, baseada na experiência e na observação. Logo, inversamente à proposta cartesiana, o modelo analítico newtoniano partia da observação dos fenômenos para os conceitos e axiomas (CASSIRER, 1994, p. 24-26). O rigor metodológico cartesiano permaneceu na ciência; todavia esta passou a basear-se na observação, buscando relações de causa e efeito e visando o uso empírico desse conhecimento em prol do progresso. Sob influência do movimento iluminista os historiadores também passaram a se preocupar com as ferramentas utilizadas pela História, buscando métodos análogos aos das chamadas Ciências Naturais, que possibilitariam a melhor forma de “acessar o passado”.

O método da razão é, portanto, nesse domínio, exatamente o mesmo que nas ciências da natureza e no conhecimento psicológico. Consiste em partir de fatos solidamente estabelecidos pela observação mas em não se ater, por certo, a esses simples fatos como tais: não basta que os fatos estejam “ao lado” uns dos outros, é preciso que eles se encaixem uns “nos” outros, que a simples coexistência se revele, quando tudo foi bem apurado, como dependência, e a forma de agregado converta-se em forma de sistema. (CASSIRER, 1994, p. 42).

A partir deste momento, filósofos e historiadores procuraram também nas Ciências do Espírito, leis que pudessem reger as ações humanas e estabelecer regularidades. A identificação e catalogação dessas leis universais garantiriam ao método histórico o mesmo rigor analítico proporcionado às ciências exatas, o que elevaria a História a categoria de ciência. Contudo, no século XIX essa pretensão de objetividade análoga às das Ciências da Natureza sofreu sérias críticas. José Ortega y Gasset afirma que:

Os representantes das ciências do espírito combatiam as evidentes tentativas de pesquisar o humano com idéias naturalistas; porém o caso é que, de fato, as ciências do espírito não foram até hoje mais do que uma tentativa larvada de fazer a mesma coisa (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 37).

Na medida em que a ciência avançava com as experiências físico-matemáticas, questões inerentes ao “humano” permaneciam sem resposta. Ortega Y Gasset ilustra muito bem a ineficácia do método das ciências naturais na análise das ações humanas ao dizer que:

A razão físico-matemática, na sua forma crassa de naturalismo, ou na sua forma beatífica de espiritualismo, mal podia enfrentar os problemas humanos. Devido a sua própria constituição, não podia fazer outra coisa, a não ser buscar a natureza do homem. E, é claro, não a encontrava, porque o homem não tem natureza. O homem não é seu corpo, que é uma coisa; nem é sua alma, psique, consciência ou espírito, que são também uma coisa. O homem não é coisa alguma, mais um drama – sua vida é um puro e universal acontecimento, que acontece a cada um, e no qual cada um não é, por sua vez, senão acontecimento. Todas as coisas, sejam quais forem, são meras interpretações que se esforçam em dar o que encontram. (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 42).

A tarefa da ciência natural consistia em descobrir o que permanece imutável nas coisas, ou seja, sua natureza. Ortega e Gasset cita como exemplo uma pedra, que embora sofra alterações ao longo dos séculos, continuará a ser uma pedra. O mesmo não ocorre com o homem, que embora possua o corpo físico e que este possa constituir-se em coisa, possui também sentimentos e pratica ações das mais variadas categorias, o que lhe garante a condição de humano, caráter inexplicável pela ciência natural.

Friedrich Nietzsche censurou o conhecimento histórico de seu tempo que reivindicava a mesma objetividade atribuída às ciências puras (NIETZSCHE, 2005, p. 81-82). Isso por que, para ele, a História deveria estar a serviço da vida e ao buscar esse tipo de objetividade, passava a produzir um conhecimento desnecessário, invocando lembranças que naturalmente deveriam ser esquecidas para o bem da própria

humanidade. A História deveria permitir que o homem acessasse o passado, contudo, sem se tornar prisioneiro dele, pois o excesso de história amputaria a criatividade necessária para o natural desenvolvimento da humanidade (NIETZSCHE, 2005, p. 73). É importante salientarmos que a História criticada por Nietzsche é o historicismo alemão de seu tempo, historiadores chamados por ele de “espíritos supra-históricos” que, em nome do progresso, avaliavam a História como uma ciência pura e soberana, agindo como uma conclusão e balanço da existência humana (NIETZSCHE, 2005, p. 80-81).

Nietzsche repreende o desejo dos homens cultos de seu tempo de acumularem conhecimento histórico, ou seja, a história enquanto erudição, que amputaria a vivência legítima destes homens em seu presente, ocasionando no empobrecimento e na imaturidade de sua própria cultura (NIETZSCHE, 2005, p. 100-101). A história vista como erudição também é criticada no século XX pelo historiador francês Henri Marrou, que afirma: “Uma tal metodologia levava afinal a degradar a história em erudição e de facto foi a isso que ela conduziu aquele dos teóricos que praticamente levou isso a sério” (MARROU, s/d, p. 48). A metodologia avaliada por Marrou é a adotada por grande parte dos historiadores positivistas, cuja função do historiador seria unicamente a de obter dos documentos as informações ali contidas e unir tais informações a outras, sem, entretanto, imprimir suas próprias impressões.

Ao criticar Leopold Von Ranke, um dos grandes defensores da idéia de que o historiador deve narrar os fatos tal como eles aconteceram, Nietzsche desabafa:

Fico impressionado ao ver que historiadores como este que acabei de citar não ensinam nada quando se elevam ao plano da generalidade, denunciando assim, com estas obscuridades, o sentido de sua fraqueza. (NIETZSCHE, 2005, p. 123).

Análise semelhante realiza Marrou, ao se voltar contra os manuais positivados elaborados por Langlois e Seignobos, que concebiam a história como um conjunto de fatos extraídos dos documentos, fatos estes já existentes sem a necessidade da intervenção do historiador:

Langlois que, no fim da sua carreira, já não ousava compor história, contentando-se em oferecer aos seus leitores uma montagem de textos (ó ingenuidade, como se a escolha dos testemunhos conservados não constituísse já uma temível intervenção da personalidade do autor, com as suas orientações, os seus preconceitos, os seus limites!) (MARROU, s/d, p. 48).

Podemos compreender o julgamento de Marrou como reflexo da crítica elaborada pela *École des Annales* ao movimento positivista, do qual Marrou sofreu influência (HILAIRE, 1999: 200-201). A partir da década de 1930, historiadores franceses que pertenciam à revista *Annales d'histoire économique et social*, dentre eles, March Bloch e Lucien Febvre, influenciados pelas idéias do materialismo histórico de Karl Marx, deixaram de ver os fatos históricos registrados nos documentos como dotados de uma verdade real e incontestável. Todavia, conforme afirma Luiz Costa Lima, a concepção de ciência dos *Annales* não era muito esclarecida, o que contribuiu para a solução dos problemas imediatos acerca da cientificidade da história, mas não proporcionou a ampliação das discussões acerca do seu caráter narrativo (LIMA, 1989, p. 22).

Embora critique a visão positivista da “neutralidade” do historiador perante os fatos presentes no documento, Henri Marrou discorda da concepção proposta por Raymond Aron acerca dos limites da objetividade histórica e aproxima-se do problema kantiano, referente às condições que possibilitariam o conhecimento histórico (MARROU, s/d, p. 46). Aron defendia que a tarefa do historiador era “recriar”, não existindo verdade absoluta para o homem, mas novas imagens da verdade a partir da composição de cada intérprete (LIMA, 1989, p. 27). Marrou entende que a história é inseparável do historiador na medida em que “a História é o que o historiador consegue abraçar do passado” (MARROU, s/d, p. 53). O trabalho do historiador pressupõe uma atividade original, proveniente da iniciativa de fazer as perguntas corretas ao documento a fim de se obter as melhores informações sobre o passado.

O grande historiador será aquele que, no interior do seu sistema de pensamento (...) saberá pôr o problema histórico da maneira mais rica, mais fecunda. O valor da história (...) acha-se dessa maneira estreitamente subordinado ao gênio do historiador (MARROU, s/d, p. 59).

Observamos que Marrou, já da década de 1950, atribuía importância ao caráter subjetivo do conhecimento histórico, sem, contudo, abandonar a objetividade necessária ao trato das fontes. Nietzsche reconhece, já no século XIX que o historiador deveria entregar-se à análise empírica, criar a partir dos dados e que para isso “é preciso certamente objetividade, mas somente no que ela tem de positivo; pois muito freqüentemente a objetividade é somente uma palavra” (NIETZSCHE, 2005, p. 125). Diante desta afirmação, nos questionamos: qual seria o lado positivo da objetividade? É

possível a existência de um método objetivo na história que garanta a essa o status de ciência? Sob esse aspecto, o historiador brasileiro Estevão de Rezende Martins e o alemão Jörn Rüsen fazem apontamentos consideráveis.

Estevão Martins se propõe a analisar o caráter “relacional” do conhecimento histórico a partir de reflexões acerca do papel da teoria na elaboração deste conhecimento. Relacionismo é entendido aqui como as relações diversas em que se associam a matéria do conhecimento e o sujeito cognoscente, com as características que lhe foram atribuídas através de processos temporais e espaciais. Compreendido dessa forma, o conhecimento histórico é produto dos procedimentos metódicos da pesquisa utilizados pelo historiador em determinado lugar e em determinada época.

Martins entende que o conhecimento histórico é relacional, e que não perde sua fiabilidade nem qualidade científica, desde que esteja controlado metódica e intersubjetivamente (MARTINS, 2002, p. 25). Assim como Nietzsche e Marrou, Martins entende que o conhecimento histórico não é um mero amontoado de fatos extraídos dos documentos, mas que os historiadores desempenham um papel fundamental ao reconstruírem os contextos que apreendem tais fatos (MARTINS, 2002, p. 20). O conhecimento histórico não pode se restringir a um registro observacional trivial dependente da apreensão imediata, não sendo possível aplicar o critério experimental próprio às ciências naturais. Neste sentido, Martins, em concordância com Rüsen, compreende um novo sentido de objetividade aplicado à ciência histórica, que confere plausibilidade à narrativa histórica.

Estevão Martins aponta que no século XX duas grandes linhas de concepção da relação entre o historiador e o passado se formaram (MARTINS, 2002, p. 22). A primeira, de tendência positivista já apresentada neste artigo, buscou excluir toda forma relacional de conhecimento, apoiando-se no modelo experimental das ciências naturais. A de tendência hermenêutica afastou-se do paradigma das ciências naturais e privilegiou o modelo explicativo de tipo intencional e narrativo. Segundo Martins, as duas tendências pecaram pelos respectivos extremos. A saída seria buscar conjugar os preceitos das duas linhas. O feixe relacional do conhecimento típico das ciências sociais necessita recorrer tanto ao controle empírico das informações coletadas, quanto aos fatores subjetivos de caráter não arbitrário (MARTINS, 2002, p. 22).

A tese de Estevão Martins é a de que o conhecimento histórico é relativo à complexidade fatorial do que investiga, à complexidade subjetiva dos registros que são suas fontes e seus autores, à complexidade subjetiva do investigador e seu meio, à forma estilística de sua exposição, sem, no entanto, eximir-se do controle convencional expresso pelas regras metódicas. O caráter relacional do conhecimento histórico exclui o relativismo da interpretação arbitrária (MARTINS, 2002, p. 23).

As considerações de Martins estão em sintonia com a tese de Jörn Rüsen no artigo *Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas*. Rüsen acredita ser possível conciliar a atitude objetivista moderna da história com as reflexões colocadas pela atual situação dos estudos históricos, que vê a narratividade como um princípio do pensamento histórico. Para ele a objetividade histórica pode ser resgatada, explicada e legitimada no contexto de uma teoria narrativista da pesquisa histórica (RÜSEN, 1996, p. 78).

Para justificar sua tese, Rüsen argumenta que essa objetividade pode ser encarada de duas formas. Tanto como relação constitutiva do pensamento histórico para com a experiência, quanto com a validade subjetiva de uma interpretação histórica, o que significa que esta interpretação não é arbitrária ao tratar os elementos subjetivos do sentido histórico que moldam a informação do material das fontes em uma narrativa, constituindo assim história como uma relação de sentido entre passado e presente (RÜSEN, 1996: 93-94). Assim sendo, a narrativa histórica seria orientadora da vida prática, na medida em que, ao moldar e dar sentido às experiências do passado através de sua interpretação subjetiva, o historiador as utiliza para orientar as ações do presente.

O termo razão é empregado neste caso para apontar que existem princípios de interpretação que todo historiador deve levar em consideração, na medida em que deseja produzir uma narrativa histórica cuja validade esteja além de uma subjetividade arbitrária. Partindo dessa idéia, Rüsen coloca-nos uma questão: *existe uma racionalidade metódica estrita, comparável à da objetividade, para os procedimentos pelos quais a informação do material das fontes é moldada em uma narrativa histórica significativa?* A resposta é afirmativa e existem pelo menos critérios racionais inegáveis de intersubjetividade que garantem a consistência de uma narrativa histórica, havendo duas dimensões desta consistência (RÜSEN, 1996, p. 94-95).

A primeira delas, segundo Rüsen, é a coerência teórica, que diz respeito aos conceitos e sua relação com a informação contida nos documentos, que garantem à interpretação histórica uma validade intersubjetiva. Ao se utilizar de conceitos devidamente esclarecidos, o historiador dota sua análise de certa “transparência” e sua interpretação se qualifica ao produzir sentido no ato de transformar a experiência histórica em algo significativo para o presente:

Essa transparência pode ser expressa por uma regra metódica da interpretação histórica: esta última tem de ocorrer dentro de uma rede conceitual explícita. Com os recursos conceituais explícitos em forma mais ou menos teórica, a interpretação histórica se reveste de um determinado grau de flexibilidade, que reforça o elemento de explanação racional que opera no ‘contar uma história do passado’, embora lhe atribua sentido pela via argumentativa, dirigida às faculdades racionais daqueles aos quais a história é contada (RÜSEN, 1996, p. 96).

Entendemos que, ao lidar com a informação contida na documentação através do uso conceitual, o historiador, passa a atribuir significação às ações humanas do passado de maneira que essas passem a ser legíveis aos olhos do homem do presente.

O segundo critério proposto por Rüsen diz respeito à coerência prática, que confere à narrativa histórica plausibilidade quanto à função pragmática que ela possui na orientação cultural da vida concreta. Sem os elementos discursivos de intersubjetividade, segundo Rüsen, a vida humana prática seria impossível, haja vista a necessidade que os povos possuem de superar seus conflitos de forma pacífica ao convencerem uns aos outros através de argumentos e não pela força. Tudo isso relacionado ao papel da história de formação da identidade pessoal e social.

Correspondentemente à racionalidade metódica, que produz a coerência teórica da narrativa histórica, existem uma razão e uma racionalidade práticas universais na conciliação das diferenças e das tensões no processo de formação da identidade (RÜSEN, 1996, p. 97).

A este propósito, é necessário enfatizarmos que, conforme nos atesta Stuart Hall, as identidades não são estáveis, nem imutáveis, mas fragmentadas e multiplamente construídas. Elas são relacionais, ou seja, precisam do *outro* para serem construídas, e necessitam da diferença para se estabelecerem (HALL, 2000, p. 109). Acerca deste caráter relacional das identidades, em outro trabalho intitulado *Historiografia comparativa intercultural*, Rüsen acrescenta que:

Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Neste processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não serem aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver. (RÜSEN, 2001, p. 87).

Por se tratar de um processo mútuo de interpretação, o processo de reconhecimento das identidades necessita dos elementos discursivos de intersubjetividade presentes no discurso histórico que garantam a unidade e a conciliação das diferenças entre os indivíduos. Ainda sobre a coerência prática, Rüsen acrescenta que na particularidade de cada identidade reside a intersubjetividade enquanto questão de como se relacionar as particularidades a partir de suas diferenças: “a idéia regulativa da intersubjetividade torna-se, assim, conhecimento e reconhecimento mútuo” (RÜSEN, 1996, p. 98-99). Essa idéia regulativa da coerência prática atribui à intersubjetividade uma qualidade adicional de objetividade, pois garante uma relação plausível com a experiência. Rüsen entende que a História como experiência não se situa fora de nós mesmos. Somos seres históricos. “Antes de pensarmos em história, e antes de a rememorarmos, já somos história. Antes de pensarmos no passado como passado (...), o passado é presente” (RÜSEN, 1996, p. 100). Ortega y Gasset compartilha a concepção de que o passado é presente e acrescenta que o passado somos nós mesmos:

A história é ciência sistemática da realidade radial que é nossa vida. É, portanto, ciência do mais rigoroso e atual presente. Se não fosse ciência do presente, onde iríamos encontrar esse passado que se acostuma atribuir-lhe como tema? O oposto, que é o de costume, equivale a fazer do passado uma coisa abstrata e real, que ficou inerte na sua época, quando o passado é a força viva e atuante que mantém o mundo de hoje. Não há *actio in distans*. O passado não está lá, na sua data, mas aqui, em mim. O passado dou eu – se entende, a minha vida. (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 51).

A visão de Ortega y Gasset é análoga à opinião de Nietzsche de que a história deve servir à vida e à ação humana ao possibilitar que o homem se utilize do passado em benefício do presente (NIETZSCHE, 2005, p. 81). Por esta razão, na relação com a presença do passado, objetividade e intersubjetividade para Rüsen, no sentido de experiência, constituem-se na mesma coisa. O conhecimento histórico somente pode

desempenhar seu papel de orientação se não perder de vista a 'história invisível' que nós mesmos somos.

Somente a representação histórica do passado, que nos traz à mente essa história, é que possui a qualidade da objetividade em que estão sintetizados o aspecto da experiência e o da intersubjetividade, assim como as dimensões teórica e prática da produção de sentido histórico na relação entre o passado e o presente (RÜSEN, 1996, p. 100).

Entendemos que para que a história seja uma disciplina plausível de cientificidade, é necessário que a intersubjetividade da interpretação seja limitada pela experiência do passado. A tese de Rüsen distancia-se da de Aron, que acreditava serem análogos os esforços recreativos do historiador e do romancista (LIMA, 1989, p. 27). Para Rüsen, o historiador deve obedecer aos limites colocados pela experiência do passado. O conhecimento histórico é plausível de veracidade na medida em que historiador, enquanto agente que determina a unidade do passado através da interpretação dos documentos, obedece a um fundamento lógico nos procedimentos metódicos da pesquisa. Objetividade aqui entendida não mais como outrora pretendeu os historiadores metódicos, mas como instrumento que confere à interpretação histórica uma relação de sentido entre o passado e o presente.

Chegamos ao final deste trabalho sem pretender anunciar alguma consideração conclusiva, uma vez que a discussão acerca da pretensão de *objetividade* no processo de elaboração do conhecimento histórico permanece muito viva. Acreditamos que, embora "exale odor de mofo", parafraseando Jörn Rüsen (1996, p. 101), tal debate proporciona a reflexão dos historiadores enquanto agentes constituidores de sentido e reforçando a visão de sua importância no processo da afirmação das identidades, sobretudo neste momento, em que a discussão em torno do processo de enfraquecimento e ao mesmo tempo de reconfiguração dos elementos identitários se torna tão presente no mundo globalizado atual.

Recebido em: 13/11/2011

Aceito em: 13/12/2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASSIRER, Ernest. O Pensamento da Era do Iluminismo. In: _____. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. P. 19 – 61.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 103 – 133.
- HILAIRE, Yves-Marie. De la connaissance historique et les origines Du christianisme. In: _____. *De Renan à Marrou: l'histoire de christianisme et le progrès de la méthode historique (1863-1968)*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1999. P. 197 – 212.
- LIMA, Luiz Costa. A Narrativa na escrita da História e da Ficção. In: _____. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. P. 15 – 121.
- MARROU, Henri I. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster, s/d. (1954).
- MARTINS, Estevão de Rezende. *O caráter relacional do Conhecimento Histórico*. In: COSTA, Cléria Botêlho da (org.). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. P. 11 – 25.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: SOBRINHO, Noéli Correia de Melo (org.). *Escritos sobre História*. São Paulo: Loyola, 2005. P. 67 – 176.
- ORTEGA Y GASSET, José. História como Sistema. In: *História como Sistema: Mirabeau ou o Político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. P. 27-58.
- RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115 – 137.
- _____. Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas. In: *Textos de História*. Brasília, v. 4, nº 1, p. 75-102, 1996.